

As práticas sociais em Jardinópolis (SP) através dos jornais (1926-1961)

PRISCILA FERNANDA FERREIRA*

O presente texto se apresenta como um resumo do primeiro capítulo do que será, até o momento, minha dissertação de mestrado. Assim como, também é fruto da comunicação feita no V Congresso Internacional de História, inclusive com sugestões incorporadas, feitas por membros do mesmo simpósio temático que eu participei.

Nesse sentido, nosso objetivo é buscar caracterizar o projeto de configuração urbana que tentou ser concretizado na cidade de Jardinópolis (SP) desde o início do século XX e as práticas sociais da população nesse contexto. Entendida como “moderna” e “progressista” por contar com serviços até então inexistentes, como instalação de iluminação elétrica, asfaltamento e calçamento de ruas e logradouros, definição de sarjetas e guias, a construção de praças e lugares públicos, entre outros, a transformação ocorrida no espaço urbano jardinopolense era vista e anunciada de maneira elogiosa nas publicações feitas nos jornais que circulavam no município e em revistas da região.

Entretanto, as práticas e os comportamentos sociais de parte da população, contrariavam essa perspectiva positiva acerca da cidade à medida que elas apontavam as limitações para que ocorresse de fato a concretização da urbanização tão desejada por grupos que protagonizavam o cenário político e econômico de Jardinópolis.

É fundamental salientarmos que a classificação dessas ações da população como pertencentes ou não à urbe não era feita de maneira harmônica entre seus habitantes, pois, partia de uma hierarquia social que atendia aos interesses de grupos dominantes. Palavras que representam o significado de “civilização”, “moderno”, “progresso”, “melhoramento”, entre outras, eram muito usadas (e estão muito presentes nas fontes que utilizamos) nesse contexto para dar legitimidade ao projeto urbano que tentava ser implantado por determinação de uma parcela da população. Portanto, colocá-las em discussão também é tarefa crucial para que não façamos uma leitura naturalizada dos usos que delas eram feitos, evitando generalizações e/ou falta de caracterização em suas abordagens.

* Mestranda em História pela linha Trabalho e Movimentos Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, bolsista CNPQ desde março de 2016.

Optamos por não levantar a discussão de muitas obras que tratam da *cidade* e do *urbano* para enfim chegarmos ao ponto central de nosso objetivo que é a cidade de Jardinópolis. Esse exercício demandaria muitas páginas de textos, das quais não temos em demasia, além de não ser fundamental para a proposta que fizemos de início.

Isto posto, entendemos que duas obras se apresentam como exceções desse contexto, pois, elas foram de extrema importância para pensarmos como analisar as práticas sociais da população jardinopolense ao longo da primeira metade do século XX e a partir de quais parâmetros metodológicos submeter essa análise.

A primeira delas é o livro de Fraya Frehse, intitulado “O tempo das ruas na São Paulo de fins do império” (FREHSE, 2005). Na leitura que fizemos, a autora propõe novas interpretações acerca das transformações urbanas que a cidade de São Paulo vivenciou em finais do Império. Ela coloca em questão a categoria “modernidade”, abrindo espaço para a discussão sobre o que significa modernidade e ser moderno no Brasil, especificamente em São Paulo em finais do Império, para uma população que não a compreendia e não tinha como vivenciá-la. Nesse sentido, a autora nos convida a pensar o tempo não como algo estrutural e linear, mas o tempo em suas especificidades, na maneira como a sociedade o “preenche” com seus diferentes comportamentos e formas de sociabilidade, assim como as suas particularidades se desenrolam em diferentes locais.

Como parte da discussão que Fraya faz, a análise de fontes em sua obra é intensa e extensa, levando o leitor a percorrer as ruas de São Paulo de fins de Império. A autora mostra de forma bastante competente a existência de elementos trazidos principalmente com o avanço econômico do café, como iluminação elétrica, aumento do número e do tamanho das ruas, melhor pavimentação, bondes, locomotivas, telégrafo, gás, telefone, fonógrafo, fotografia, aumento do setor comercial e etc., entendidos como modernizações, que colocou São Paulo na categoria de “cidade moderna”. Porém, ela também reúne uma série de fontes que evidenciam a permanência de práticas ligadas ao rural, comportamentos que eram considerados incivilizados e alvos de críticas e reclamações nos jornais da cidade, inclusive queixas da população com a insatisfação dos serviços que tinham começado a ser prestados com o avanço de novas técnicas e tecnologias. Por fim, a minuciosidade com que tal análise e discussão é feita

na obra, nos ficou o questionamento: afinal, o que entendemos por modernidade? E como e para quem ela se apresenta?

Essas questões impulsionaram nossa busca para compreender o que significava enxergar Jardinópolis à luz dessa proposição, considerando-a uma pequena cidade do interior de São Paulo, no início e meados do século XX. Essa foi a contribuição de Fraya para nosso trabalho, pois, desse modo, a identificação e análise das práticas e comportamentos sociais vivenciadas nessa localidade por nós feita, foi desenvolvida com o cuidado de não reproduzir categorias e conceitos prontos, inclusive para colocá-los em questão nessa discussão sobre o espaço urbano.

Outro texto que teve sua contribuição acerca do que poderíamos entender por modernidade, foi o de José de Souza Martins, um capítulo do livro “A sociabilidade do homem simples”, intitulado “As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil” (MARTINS, 2000, p.17-54). Em consonância com a leitura de Fraya, o autor aponta as contradições da existência de uma modernidade no Brasil, permitindo que enxergássemos o que significa sua chegada no Brasil e na América Latina em diversos âmbitos.

José de Souza defende a ideia de que “a modernidade só o é quando pode ser ao mesmo tempo o moderno e a consciência crítica do moderno” (MARTINS, 2000, p.18). Dessa forma, o autor ressalta que no Brasil não há a efetivação da modernidade, pois o mesmo não apresenta as características citadas. Isso porque quando recusamos os signos e os elementos do moderno, fazemos em defesa de posições tradicionais que podem chegar a ser conservadoras ou por falta de entendimento do que eles representam – principalmente se considerarmos que as transformações modernizadoras ocorridas no Brasil historicamente foram feitas de maneira autoritária e sob a justificativa da “ordem e do progresso”.

Não ocorre a consciência crítica do moderno, a crítica à acumulação desproporcional do capital, ao avanço acelerado da tecnologia, ao uso irresponsável dos recursos em nome da globalização, assim como às promessas de realizações democráticas que não são concretizadas, ou seja, a criticidade acerca das mazelas que sustentam a modernização é inexistente ou muito incipiente. Ademais, como indicamos sobre a obra de Fraya, muitas vezes a população faz uso de elementos que são trazidos com o avanço econômico industrial, porém, a mudança na postura, no comportamento, nas práticas sociais exigida para o usufruto coletivo desses elementos tampouco é concretizada. Ocorre, no entanto, o incômodo, a reclamação e a

insatisfação de parte da população com o não cumprimento das exigências, quando, por exemplo, se presencia elementos, comportamentos e práticas que remetem ao ambiente rural, e a posturas consideradas incivilizadas. “A modernidade anuncia o possível, embora não o realize” (MARTINS, 2000, p.19). Ela se apresenta como propaganda das transformações humanas e sociais que o capitalismo foi capaz de criar; porém, as possibilidades de sua materialização existem apenas (quando isso ocorre) para os grupos dominantes.

Entendemos essas obras que apresentamos como fundamentais para a discussão que propomos no intuito de alcançarmos os objetivos que traçamos. Assim sendo, a contribuição de ambas para o desenvolvimento de nosso trabalho se dá à medida que nos fornecem subsídios para que coloquemos em questionamento o projeto de urbanização que buscou ser concretizado por grupos dominantes desde o início do século XX como sinônimo de progresso, civilização e modernização. Principalmente a obra de Fraya, que em parte discute o que estamos propondo, evidenciar os limites da concretização de um certo projeto urbano, arquitetado e realizado pelos interesses de grupos dominantes, através dos comportamentos e práticas sociais da população.

Portanto, o que buscaremos mostrar, através das fontes que reunimos em diálogo com a perspectiva apresentada, são as contradições e as limitações da concretização do que era entendido como moderno e progressista em Jardinópolis. Faremos isso através da análise do jornal “Correio da Semana”, de circulação no município, no período entre 1926 a 1961, do Código de Posturas de Jardinópolis, publicado no ano de 1917, e de algumas páginas do *Almanach de Ribeirão Preto*, do ano de 1913, nas quais contém uma apresentação da cidade de Jardinópolis. A reunião dessas fontes torna possível traçar uma interpretação acerca da dinâmica urbana desse local.

Dessa forma, buscaremos compreendê-lo a partir de textos veiculados no jornal e na revista que propagavam uma imagem positiva acerca das transformações materiais realizadas na cidade; de queixas e reclamações que eram feitas sobre comportamentos e práticas sociais entendidas, por quem as criticavam, como incivilizadas, imorais, anti-higiênicas ou mal-educadas; ou ainda, das imposições legais promulgadas no código de postura da cidade, no qual estabelece a proibição de elementos e práticas que não mais seriam aceitas na urbe – ainda que os mesmos permanecessem. Todas essas características que identificamos nas fontes que compõe nossa pesquisa serão discutidas uma por uma, através de tópicos, para que fique

evidente o desenvolvimento de nossa proposta inicial e as considerações que podemos formular sobre elas.

A imagem construída de Jardinópolis

A cidade tem 494 prédios, dos quais os mais notáveis são: Grupo escolar, construído recentemente pelo empreiteiro Vicente lo Giudice, Posto Policial; Teatro Ápolo, de propriedade da Empresa Alfano & Torraca, inaugurado em novembro do ano passado, Teatro da S. M. Fratellanza Italiana, onde funciona o Cinema Pathé, cujo proprietário é o sr. Manoel Bernardes dos Reis, Sub-estação da Empresa de força e Luz de Ribeirão Preto, Loja maçônica Estrêla do Rio Pardo, e alguns outros particulares.

Tem 26 ruas alinhadas: 11 de Junho, 13 de Maio, S. Sebastião, Liberdade, Silva Jardim, Coronel José Teodoro, Coronel Clementino, 7 de Setembro, Prudente de Moraes, Marechal Deodoro, Afonso Pena, General Osório, Saldanha Marinho, Amador Bueno, Alfredo Élis, Ruí Barboza, Americo Sales, Altino Arantes, 15 de Novembro, Albuquerque Lins, Campos Sales, 24 de Maio, Tabatinguera, Antonio Pereira, Joaquim Araujo.

Avenidas: Italia e Visconde do Rio Branco.

Praças: Coronel João Guimarães, Domiciano de Assis, Republica e Tiradentes.

Á praça Domiciano de Assis, a mais central e movimentada da cidade, ergue-se o edifício da matriz, de recente construção, e nela se encontram as três farmácias do lugar [...]

A população da cidade é computada em 3000 almas e a do município em 18000.[...]

[...] é servida de agua encanada [...], tem iluminação electrica, inaugurada em 1911 [...]

E dentro em pouco estará concluído o serviço de esgotos [...]

A realização desses melhoramentos obedece a um plano delineado desde adiministração do sr. dr. Lincoln Guimarães, e a actual Camara tem prestado todo o apoio ao atual prefeito, dr. Pedro Albernaz, para que não sejam adiados esses melhoramentos.

[...] ve-se que o município tem 453 contribuintes do imposto de Industria e Profissão, 180 de imposto de café; 295 do imposto pastoril e 494 do imposto predial. [...] (*ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO*, 1913, p.128).

É uma cidade moderna, saneada, e só lhe falta o calçamento que a Prefeitura espera iniciar em breve. Os bons edifícios vão surgindo com rapidez, e ainda assim a falta de casas é grande, pois a população aumenta extraordinariamente (*ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO*, 1913, p.128).

Encontramos as citações acima no *Almanach Ilustrado de Ribeirão Preto*, publicado no ano de 1913 e, tais citações estão contidas em um texto de quatro páginas dedicadas a Jardinópolis. Como podemos perceber, o autor – que assina como “E. Vassimon” – tece elogios a cidade, exaltando aspectos relacionados a modernização de estruturas físicas do município e também melhorias de serviços de infraestrutura. O texto completo ainda apresenta: Máquinas de beneficiar arroz e café, Casas bancárias, Comércio, Tipografias, Imprensa, Médicos, Cirurgiões dentistas, Advogado, Prefeitura e Câmara Municipais, Automóveis, Hotéis, Bandas de Música, Juizado de paz, Cartório de Paz, Agência do Correio, Coletoria estadual e federal, Estrada de Ferro Mogiana, Posto Anti-tracomatoso, Hospital de Caridade, Associações, Rendas Municipais, Fotografias, Diretório Político, População e Saúde Pública. Ao final de todos esses elementos, o autor afirma que Jardinópolis se tratava de uma cidade moderna. Ademais, ele reverencia as administrações dos prefeitos envolvidos nesse projeto de “melhoramento” urbano junto a Câmara Municipal, atribuindo a responsabilidade da execução desse plano aos indivíduos atuantes nesses núcleos de poder.

Se nos atentarmos ao texto, podemos indicar quais as características que o autor acredita serem parte de uma “cidade moderna”. A presença dos prédios na cidade: o teatro, o cinema e a empresa de força e luz (além dos demais elementos que listamos) eram sinônimos de modernização e progresso, pois se tratavam de locais que representavam as novidades trazidas, principalmente, com o avanço econômico do café no estado de São Paulo, e também da tecnologia, a partir do século XIX. O cinema e o teatro moderno faziam parte de um universo cultural frequentado por grupos sociais que tinham condições financeiras de fazê-lo, muitas cidades contavam com essas atrações no período em questão. Assim como, a subestação da empresa de Força e Luz indicava que a iluminação elétrica – uma grande inovação, fruto das revoluções industriais – foi trazida para Jardinópolis nas primeiras décadas do século XX, como sugere a publicação. O grupo escolar e o posto policial faziam parte de algumas das concepções republicanas, que estavam atreladas em maior escala com a laicização do ensino e o monopólio da violência, respectivamente (ainda que a concretização de ambas não tenha se apresentado de maneira satisfatória e eficiente no Brasil). A presença dessas instituições, somadas aos demais locais que apresentamos, poderia indicar para o autor que Jardinópolis acompanhava o ritmo das mudanças ocorridas no ocidente a partir do século XIX, o que a colocaria, segundo essa

perspectiva, no patamar de cidade moderna. Nesse sentido, modernidade e urbanização andavam de mãos dadas.

Outros elementos “modernos” presentes na afirmação do autor, são as ruas alinhadas, as avenidas, as praças e as casas comerciais. Todas elas apontavam para um processo de mudanças que ocorria na cidade com a intenção de transformá-la em um centro urbano. A presença de serviços de água encanada e iluminação elétrica também eram novidades que somam para essa caracterização.

Porém, notamos algumas contradições sob um olhar mais atento e também ao cruzar as informações contidas nesse texto com uma notícia do jornal “Correio da Semana” do ano de 1929. O trecho “tem iluminação eléctrica, inaugurada em 1911” (*ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO*, 1913, p.128) afirma que Jardinópolis já possuía serviço de iluminação elétrica desde aquele ano, o que contribuía para a imagem de “cidade moderna” que o texto intencionava propagar. Entretanto, a notícia apresenta:

Contracto

Em data de 1 do corrente, foi assignado pela Prefeitura local, o contracto com a Empreza Força e Luz de Ribeirão Preto para fornecimento de luz e energia electricas ao nosso município.

Existem, no referido contracto, clausulas impostas pela Prefeitura que compravam de maneira elogiosa, o seu tirocínio e vivacidade no empenho de acautellar os interesses do município, assim como de sua colletividade. (Jornal *Correio da Semana*, 07/07/1929).

Diante dessa notícia, nos forçamos a refletir: como Jardinópolis poderia ser uma “cidade moderna”, conforme descrito no *Almanach*, contando com iluminação elétrica desde 1911, sendo que dezesseis anos depois a prefeitura fechava contrato com a empresa de força e luz de Ribeirão Preto a fim de fornecer serviço de iluminação para a cidade?

Não temos a intenção de confirmar a veracidade de tais fontes – até porque essa tarefa é impossível, posto que se tratava do olhar de algumas pessoas sobre o contexto em que se encontravam, assim como a divulgação das notícias passava pelo filtro da linha editorial do jornal – contudo, podemos questioná-las e apontar suas fragilidades para formularmos argumentos consistentes acerca de nossa análise.

Frente a isso, a contradição apresentada entre os documentos nos dá margem para indagar a afirmação de que Jardinópolis se tratava de uma “cidade moderna”; ela poderia partir de expectativas criadas pelo autor em relação às novidades surgidas das transformações do século XIX, e não de um processo propriamente estabelecido na cidade. Considerando que, segundo as fontes, desde 1911 até 1929 o município ainda não contava com o fornecimento integral de energia elétrica, enxergamos que a “modernização” e a urbanização de Jardinópolis não ocorreram de maneira rápida e espontânea, mas como parte de um projeto, de um “plano” – conforme aponta o próprio texto – de lideranças do município, que foi se desenvolvendo de acordo com suas demandas. Porém, isso também não quer dizer que ele foi executado de maneira organizada e que foi bem-sucedido, principalmente porque consideramos os comportamentos e as práticas sociais da população como fatores relevantes nesse desdobramento. Isso ficará mais claro posteriormente com a apresentação de mais fontes.

Outro motivo que nos faz questionar a convicção do autor no primeiro texto é que ele cita a população da cidade em três mil pessoas e a população total do município em dezoito mil pessoas, ou seja, em 1913 a população rural de Jardinópolis era de quinze mil pessoas, cinco vezes maior que a população urbana! Com tanta gente assim ainda morando no campo, como a cidade pode ser moderna? O que também nos dá subsídio para embasar a afirmação que fizemos anteriormente. A cidade foi criando demandas que exigiam transformações urbanas conforme crescia em número de habitantes, porém, isso não quer dizer que ela era moderna, ou que sua infraestrutura estava de acordo com a de um centro urbano. Ou ainda, mais importante, que o comportamento popular se adequasse às demandas de modernidade exigidas pelo grupo político local.

Podemos perceber em outros jornais, de diversos anos, a recorrência de medidas que atenderam a demanda de “melhoramento” urbano para Jardinópolis, além de quase sempre virem acompanhadas de um discurso que as enalteciam.

Não temos espaço suficiente para abordar todas as fontes que reunimos sobre a propagação constante de uma imagem positiva acerca da cidade, principalmente sendo esta atribuída as autoridades municipais que, segundo as publicações veiculadas no jornal, desempenhavam papel crucial para a realização de obras e serviços que beneficiavam a

população e a urbanização da cidade. Portanto, iremos reproduzir uma de exemplo para prosseguir com o desenvolvimento de nosso texto.

Bemfeitorias

Graças a boa vontade do nosso esforçado Prefeito Municipal, sr. cel. Pacífico José Nogueira, os trabalhos de assentamentos de guias e sarjetamento da rua Cel. Clementino, compreendidos da praça Commendador Guimarães até a rua Américo Salles, estão terminados.

Esse melhoramento veio dar indiscutivelmente, um outro aspecto á referida rua, cujo transito popular tende a aumentar de dia para dia.

Continue o sr. Prefeito Municipal a adaptar ás ruas de nossa cidade com melhoramentos de que necessitam, que só receberá applausos em sua administração. (*Jornal Correio da Semana, 20/11/1926*)

Na citação acima, notamos que determinados serviços que eram realizados na cidade, como assentamentos de guias e colocação de sarjetas nas ruas, eram descritos como “melhoramento” e “benfeitorias” necessárias para o funcionamento do trânsito que crescia. Assim como, elogios foram feitos a figura do prefeito cel. Pacífico José Nogueira, por promovê-las sob sua administração. O autor do anúncio enxergava com bons olhos a concretização de medidas que promoviam a urbanização, inclusive incentivava a sua continuação para que a cidade se adaptasse à essa transformação.

Em vários documentos encontramos o mesmo perfil de abordagem do jornal: o incentivo as medidas “modernizadoras”, aos “melhoramentos”, que eram vistos como necessários para que o município se transformasse em um centro urbano; e o agradecimento ou reverência aos líderes municipais envolvidos na promoção dessas medidas.

Em suma, tentamos expor brevemente neste primeiro tópico que havia o esforço das autoridades municipais de Jardinópolis e de indivíduos integrantes de grupos dominantes, em construir e propagar uma imagem da cidade como sinônimo de “moderna” e “progressista”. Essa construção e propagação pode ser notada quando, nas publicações feitas, se constatava a presença de serviços e instituições não existentes em um ambiente rural, ou ainda, na realização constante de novas obras e reformas na urbe. Essas considerações que fizemos são baseadas na análise de vários jornais, do ano de 1926 a 1961, como consta no título do texto, porém, não é possível reproduzi-la aqui pelo espaço ser reduzido.

As contradições de uma imagem construída: os comportamentos e as práticas sociais

Nesta segunda parte tentaremos apontar alguns comportamentos e práticas sociais de parte da população jatinopolense que eram alvos de reclamações e queixas no jornal “Correio da Semana”. No geral, essas ações eram provenientes de jovens taxados de “moleques” que era acompanhado de algum adjetivo pejorativo como “mal-educados”, “incorrigíveis”, “molecada desenfreada”, entre outros. Vejamos a seguir uma fonte a respeito:

Moleques incorrigíveis

Não é do nosso costume censurar a quem quer que seja, na pratica dos seus actos, mesmo porque cada qual deve saber se manter dentro de uma norma que o recomende e o dignifique.

Infelizmente, ha factos que a gente por muito que queira, não pode deixar de apontar e de censurar.

Um delles, é o modo com que se conduzem certos moleques incorrigíveis e sem educação, que fazem do jardim da praça cel. Domiciano de Assis, o ponto principal para as suas orgias.

E' alli que eles se reúnem, todas as noites, para as suas brincadeiras de máu gosto, que consistem em carreiras desenfreadas sobre o gramado do jardim, onde nada é por elles respeitado. Levando tudo a eito, saltando sobre os arbustos, forçando esta ou aquella planta, e pisando sobre os bancos, é como se alegram os magnatas que infestam o jardim da praça cel. Domiciano de Assis. Ninguém os pode chamar a atenção, porque em seguida passará pelo dissabor de ouvir cada palavrão, capaz de fazer corar até um santo de barro... Nem aos senhores fiscaes eles attendem, como já tivemos occasião de presenciar. [...]

Só a policia poderá corrigil-os, se um dia os levar para a cadeia e exigir de seus paes o pagamento da devida carceragem.

Assim deve ser feito. E' o que esperamos, para o bem da moralidade. (Jornal *Correio da Semana*, 11/11/1934).

As queixas apresentadas remetiam a ações como correr pela grama, saltar pelos arbustos, pisar nas flores e nos bancos. E na tentativa de coibir seus praticantes, fiscais e policiais eram respondidos com palavrões e xingamentos, atitudes vistas como falta de educação e respeito. Diante desse cenário, segundo o posicionamento de quem escreveu as reclamações, a única maneira de acabar com a permanência dessas práticas vis era levar os menores para a cadeia e exigir de seus pais o pagamento da carceragem. O interessante de se notar é que as queixas versavam sobre as práticas e os comportamentos dos jovens, mas na

mesma medida a cobrança recaía sobre as autoridades municipais – fossem elas fiscais, policiais e etc. – para que houvesse a efetivação do combate a esses incômodos. O encargo de zelar e manter o espaço público um lugar que retratasse valores morais e civilizados – ainda que esses valores estivessem na esfera do ideal e não do real, ao que aparentava – era uma exigência conclamada por parte dos habitantes.

Além do recorte que apresentamos, analisamos também vários documentos que datam desde da década de 1920 até a década de 1950. Podemos observar que o espaço público tinha diferentes significados para grupos distintos. Um, que usava o jornal para denunciar os comportamentos, as práticas, as ações, as atitudes e as posturas de indivíduos que eram descritos como imorais, incivilizados, mal-educados e desrespeitosos; e outro, que era alvo de tais denúncias. Devido ao poder e a influência exercidos pelas pessoas que tinham voz no jornal, o último ficava sujeito ao julgamento do primeiro. Esse privilégio concedido somente a determinados indivíduos, dificultava, inclusive, identificar quem eram os praticantes dos atos denunciados, de modo que a divisão que aqui fazemos é apenas para fins ilustrativos, pois não sabemos se eles formavam uma homogeneidade entre si.

O que podemos apontar, portanto, é a existência de conflitos entre diferentes grupos da cidade. As reclamações diante das práticas e comportamentos apresentados insinuam isso.

De acordo com Fraya Frehse, “[...] longe de obedecer a uma lógica que visa a abolir o passado em nome do moderno, ou vice-versa, o que se tem é uma complexa dinâmica que submete as categorias culturais fortemente pautadas nas hierarquias sociais [...]” (FREHSE, 2005, p.230). Nesse sentido, a questão central posta em discussão não é se a população ou a cidade de Jardinópolis era ou não moderna e civilizada. Não se tratava da tentativa de abolir hábitos, comportamentos, práticas e costumes considerados “antigos” e “incivilizados” em detrimento dos “novos” e “progressistas”, mas sim da complexa dinâmica urbana em que tais ações estavam imbricadas e, que, por sua vez, eram fortemente pautadas por hierarquias sociais.

As reclamações e queixas sobre as práticas e os comportamentos exemplificados na fonte que apresentamos indicam essa observação que fizemos. Os indivíduos que expunham suas críticas acerca das ações de terceiros que aparentemente não se submetiam aos valores de civilização, não podem ser simplesmente traduzidas como insatisfações geradas pela ausência dos mesmos. Elas apontam para o caráter excludente existente na construção na urbe, em que

peças não pertencentes aos grupos dominantes eram retratadas de maneira negativa e recusadas do convívio no espaço urbano.

O combate a “desordem”: legislação e infrações

Não só os comportamentos “desregrados” dos jovens de Jardinópolis eram alvos de críticas e julgamentos nos jornais, mas também outras práticas sociais da população eram punidas por ser classificadas como ilegais desde a promulgação do código de posturas do município, em 1917.

Algumas delas era a prática de jogos de azar. Sua proibição era decretada no capítulo VI do Código, “Dos costumes públicos e medidas de segurança”, porém, a proibição dos jogos sob pena de multa para os proprietários ou responsáveis de estabelecimentos que admitissem tais práticas, não evitava que as pessoas continuassem jogando. A publicação feita no jornal, a pedido da polícia, em 1938, indica isso:

Delegacia de Policia de Jardinopolis
A Delegacia de Policia deste Município, avisa por nosso intermédio, que vae exercer severa repressão contra os jogos proibidos, assim como, vae tomar enérgicas providencias, para que seja observado com rigor, o Regulamento de transito, principalmente na parte que proíbe o uso de escapamento aberto, e o excêso de velocidade. (Jornal *Correio da Semana*, 30/10/1938).

Podemos perceber que a prática de jogos de azar continuou ainda no município mesmo havendo a proibição, o que justificava a “severa repressão” que a polícia exerceria contra os mesmos. Em outra edição de janeiro de 1939, o jornal divulgou o Movimento da Delegacia de Polícia do ano de 1938. Nesta publicação constavam os valores, em moeda corrente do período, movimentados, com os itens: selos, itens para porte de armas, serviços de trânsito e multas nos jogos de azar (Jornal *Correio da Semana*, 08/01/1939). Essa fonte, portanto, reforça a nossa constatação de que, mesmo sendo proibido desde a publicação do Código, os jogos de azar continuavam a ser praticados, ao tempo em que o combate a essa prática também era realizado.

A proibição de práticas e comportamentos como proferir palavras obscenas e injuriosas, praticar atos ofensivos à moral e aos bons costumes, fazer algazarra ou qualquer rumor que perturbasse o sossego público eram presentes também no Código de Posturas:

Art. 103 – É proibido sob pena de multa de dez mil reis (10\$000) e o dobro nas reincidências:

[...] § 3º Proferir palavras obscenas e injuriosas e praticar actos offensivos à moral e aos bons costumes.

§ 4º Fazer algazarra, voseria ou qualquer rumor que pertube o socego publico (*Código de Posturas da Prefeitura Municipal de Jardinópolis, 1917, p.54*).

Anteriormente analisamos um recorte de jornal que constituía reclamações e queixas sobre o comportamento dos “moleques” da cidade. Levando aquela publicação com caráter de denúncia em consideração, as ações dos meninos não estavam de acordo com o artigo 103 do Código, o que consistia, portanto, em infrações. Nos deparamos com a situação: existia uma legislação específica que proibia o exercício de determinadas práticas e comportamentos, bem como reclamações e queixas sobre essas ações; porém, elas não foram extintas. Pelo contrário, suas ocorrências eram frequentes, assim como o esforço em combatê-las.

A mendicância também era uma prática proibida, de modo que mendigos deveriam andar munidos de atestado médico de invalidez e de indigência emitido pela polícia e visado pelo prefeito para justificá-la.

Art. 116 – É proibido mendigos pelas ruas e praças da cidade, subúrbios, povoações e estradas publicas do município, sem estar munido de atestado medico de invalidez e atestado de indigência passado pela autoridade policial e visados pelo Prefeito tais attestados. Os infratores serão detidos e entregues a policia (*Código de Posturas da Prefeitura Municipal de Jardinópolis, 1917, p.57*).

No entanto, o jornal publicou uma reclamação que versava sobre a presença de pedintes na cidade. O texto também elogiava as ações do sr. dr. Machado de Abreu que se mostrava inexcusável no cumprimento de seu dever, e que, portanto, era confiado a ele providências sobre o caso apresentado.

A mendicância entre nós

A's vezes nossa cidade é infestada duma não pequena leva de indivíduos á nos bater a porta pedindo esmolas e nesse meio de pedintes temos visto até menores.

O sr. dr. Machado de Abreu, nossa autoridade policial, entre nós ha menos de um mês e que tem se mostrado inexcedível no cumprimento do seu dever, zeloso, ponderado em sua actuação, a qual tem impressionado bem o nosso publico, pedimos que volte suas vistas para esse facto; certos ficamos que s.s. agirá como tem feito: dentro da Justiça.

A? elle vae o nosso pedido, sobre uma providencia ao caso (Jornal *O Correio da Semana*, 25/01/1931).

Assim como existia a proibição da mendicância, a não ser nos casos específicos que citamos, a vadiagem, o alcoolismo e a prostituição também eram alvos de coerção pelos poderes municipais. Em diversas edições do “O Correio da Semana” eram reportadas prisões feitas pela polícia por motivos de embriaguez, vadiagem e desordem, o que indicava a permanência dessas práticas na cidade.

Sobre a prostituição, uma reclamação foi publicada no jornal onde constatava que tal prática era ato de transgressão ao regulamento. O autor se reportava ao ato como um abuso das *madames* que passeavam ostensivamente pela praça:

Com vistas á policia

Ainda não cessou o abuso, aliás inconveniente á sociedade, levado a effeito pelas *madames* – qual seja o de passearem ostensivamente, á hora em que as exmas. familias se entregam ao espaerecimento pelo jardim e adjacencias da P. Domiciano de Assis.

Tal facto, além de constituir uma affronta ao pudor das exmas. familias (ainda ha, graças a Deus, muitas familias ciosas dos seus foros de pundonor) é, se não nos enganamos, uma transgressão de regulamento policial (Jornal *O Correio da Semana*, 29/12/1938).

O passeio de prostitutas na praça central era visto como uma afronta ao pudor e as famílias que ali se encontravam. Na cidade não tinha espaço para a diversidade de comportamentos, sendo que sempre ocorriam reclamações e queixas de parte da população diante de situações que a mesma via como imorais, incivilizadas, atentado aos bons costumes e etc. A relevância de tais reclamações e queixas diante das autoridades era grande, posto que eram respaldadas pela legislação, o que dava legitimidade para a ação da polícia e demais competências a fim de reprimir os comportamentos e práticas denunciados.

A notícia abaixo corrobora essa constatação:

A baixada se moraliza

Graças a intervenção do sr. dr. João Baptista de Lima Rodrigues, delegado de polícia recentemente nomeado para esta cidade, o ponto da rua cel. Clementino denominado *baixada*, ou *rua do fogo*, transformou-se completamente.

Ali era o ponto em que se reuniam e se acoitavam indivíduos de toda a espécie, alguns até suspeitos.

Aos sábados e domingos e mesmo às segundas feiras, não era muito garantido o trânsito de famílias por aquele local, visto a libertinagem e a vadiagem que campeavam ali sofredadamente e a olhos vistos.

Haviam botequins que ficavam abertos até altas horas da madrugada, fornecendo bebidas às decahidas e aos indivíduos viciados na bilontragem, e que num continuo vae-vem, transitavam á rua, provocando algazarra.

A polícia ficava ali de plantão apenas para inglês ver. Não havia ordens para cumprir.

Em uma pensão <genero-livre>, se promovia naquele local, nas noites de sábado para domingo e de domingo para segunda feira, um retumbante *forrobodó* de *arrasta-pé* ao som de uma sanfona desafinada e barulhenta.

Tudo isso se passava *comodamente*, sem que ninguém tomasse conhecimento. Felizmente, o sr. dr. João Baptista de Lima Rodrigues, com energia e prudência, acabou com aquele estado de coisas, a bem da moral e dos nossos princípios de civismo.

Outras providências de grande alcance e de interesse á segurança pública foram tomadas pela digna autoridade (Jornal *O Correio da Semana*, 17/09/1926).

A situação foi narrada pelo autor sob a ótica de quem não fazia parte do meio social que ele apresentava. O local citado como “baixada” causava incômodo por ser lugar onde aconteciam práticas vistas como imorais e incivilizadas, até que o delegado de polícia João Baptista de Lima Rodrigues tomou medidas que visaram acabar com as mesmas.

Buscando a conclusão de nosso texto, tentamos desenvolver um resumo de uma pesquisa que realizamos para compor parte de nossa dissertação de mestrado. Por haver um limite de páginas reduzido não pudemos fazer uma análise mais extensiva, com mais fontes e elementos para somar as nossas considerações, por isso optamos por apresentar alguns documentos como exemplos da abordagem que estamos desenvolvemos de forma mais profunda em nossa pesquisa de mestrado.

Compomos essa trajetória de maneira que apresentamos, primeiramente, as medidas tomadas pelos poderes municipais a fim de transformar Jardinópolis em um centro urbano, assim como o esforço de propagar uma imagem moderna e positiva da cidade.

Em seguida, indicamos como o espaço urbano jardinopolense era composto por diferentes grupos sociais, tendo diferentes significados para eles. Um, que usava o jornal para denunciar os comportamentos, as práticas, as ações, as atitudes e as posturas de indivíduos que eram descritos como imorais, incivilizados, mal-educados e desrespeitosos; e outro, que era alvo de tais denúncias.

Essas divergências de comportamentos e a existência dessas reclamações, apontam para a contradição entre a imagem construída de Jardinópolis e as práticas cotidianas de parte da população. Divulgada como moderna, civilizada e progressista, a cidade era propagada sob uma ótica positiva, afirmando a existência de valores consagrados e serviços que visavam o melhoramento da urbe. Enquanto que, uma parcela da população claramente não acompanhava esses ditames, tendo sua própria dinâmica no convívio urbano.

Essa constatação pode ser notada tanto no comportamento dos jovens que apresentamos, quanto nas infrações ao código de posturas cometidas por indivíduos que permaneciam com os mesmos hábitos e costumes de outrora, inclusive que eram denunciadas nos jornais por terceiros. Por fim, finalizamos com a apresentação e discussão de algumas medidas tomadas pelo poder público a fim de combater algumas práticas e comportamentos, que em sua maioria tinham se tornado ilegais a partir do ano de 1917, com a promulgação do código de posturas do município.

Dessa forma, concluímos nosso texto, esperando que o mesmo tenha contribuído para a reflexão sobre a construção da cidade e do espaço urbano, considerando sempre a interação dos sujeitos sociais nessa dinâmica, entendidos por nós, como protagonistas do processo histórico.

Bibliografia

BERMAN, Marshall. Modernidade – Ontem, Hoje e Amanhã. In: _____. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

KALIFA, Dominique. Os lugares do crime: topografia criminal e imaginário social em Paris no século XIX. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 15, n.28, p.287-307, jan./jun. 2014.

MARTINS, José de Souza. As hesitações do moderno e as contradições da modernidade no Brasil. In: _____. *A sociabilidade do homem simples*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

SEVCENKO, N. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. In: _____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.35-94, p.43.

_____. *A Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Scipione, 1993.

_____. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: _____. (org.) *História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, Vol. 3, p.7-48.

Fontes

Jornal *Correio da Semana*, 1926.

Jornal *Correio da Semana*, 1929.

Jornal *Correio da Semana*, 1931.

Jornal *Correio da Semana*, 1934.

Jornal *Correio da Semana*, 1938.

Código de Posturas da Prefeitura Municipal de Jardinópolis, 1917, p.57. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=CD_Jard&pasta=&pesq=, p.44-106.

ALMANACH ILLUSTRADO DE RIBEIRÃO PRETO. Ribeirão Preto: Sá, Manaia & Cia., 1913, p.128. Arquivo Público e Histórico de Ribeirão Preto.